

Os dilemas da organização popular no movimento da economia solidária no Brasil

The dilemmas of popular organization in the solidarity economy movement in Brazil

Aline Mendonça dos Santos¹

alinems@ces.uc.pt

Resumo. A partir dos anos 1990, tornou-se cada vez mais notória a formação de iniciativas de economia solidária que surgem com a perspectiva primeira de superar as condições de pobreza. Os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) configuram formas coletivas de organização do trabalho em que a relação entre capital e trabalho não está posta da forma tradicional e em que a dinâmica de gestão apresenta importante significado político e cultural, dando condições para superar a privação de capacidades políticas e materiais. O desenvolvimento da economia solidária no Brasil foi convergindo para a consolidação do movimento da economia solidária, que possui, como principal expressão, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária. A pesquisa que orienta este artigo estuda as dinâmicas que caracterizam a formação e consolidação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e visa, a partir deste sujeito de pesquisa, à percepção de como os atores políticos deste movimento estão configurando a organização popular em prol da transformação social.

Palavras-chave: economia solidária, economia popular, protagonismo popular, movimento social.

Abstract. The formation of solidarity economy initiatives that appear with the main perspective of surpassing the conditions of poverty has become more notable from 1990 onwards. Solidarity Economic Enterprises are a means of collective organization of labor in which the relation between capital and labor is not the traditional one, in which the management dynamics conveys an important political and cultural meaning, offering conditions that enable the overcoming of the deprivation of political and material capability. The development of the solidarity economy in Brazil led to the consolidation of the solidarity economy movement, whose main expression is the Brazilian Forum of Solidarity Economy. The research that orients this article analyses the dynamics which delineate the creation and consolidation of that Forum. It also aims, through the mentioned research subject, at the perception of how the political actors of this movement are configuring popular organization in favor of social transformation.

Keywords: solidarity economy, popular economics, popular leadership, social movement.

¹ Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Atua e pesquisa os temas políticas sociais, trabalho e economia solidária. Atualmente é bolsista Pós-Doc da CAPES (processo BEX 10748-13-0) e é uma das pesquisadoras do projeto "ALICE – Espelhos estranhos, lições imprevistas: definindo para a Europa um novo modo de partilhar as experiências do mundo", coordenado pelo professor Boaventura de Sousa Santos no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra situado no Colégio de S. Jerónimo Largo D. Dinis, Apartado 3087, 3000-995, Coimbra, Portugal. O projeto ALICE recebe fundos do Conselho Europeu de Investigação, 7.º Programa Quadro da União Europeia (FP/2007-2013)/ERC Grant Agreement n. 269807.

Introdução

O surgimento de milhares de iniciativas econômicas de organização coletiva – que se reconhecem e são reconhecidas como economia solidária –, a partir dos anos 1990, representa a emergência de um processo social, econômico, político e cultural que tem despertado a atenção de pesquisadores de várias áreas do conhecimento. Da década de 1990 até os dias de hoje, houve uma expansão significativa e notória da economia solidária no Brasil. Em torno do crescimento das iniciativas coletivas, formou-se um conjunto de políticas públicas e sociais geridas pelas esferas do poder público, bem como por entidades da sociedade civil. A última década é marcada por grandes conquistas do movimento da economia solidária no Brasil, como a formação de uma política pública federal – administrada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária – e seus desdobramentos. E, principalmente, pelo importante avanço que teve o movimento de economia solidária ao criar um sujeito político representativo para atender suas principais demandas: o Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

Na pesquisa que orientou este trabalho, investigou-se o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) como a principal expressão do movimento da economia solidária no Brasil, identificando quais os dilemas de organização popular num processo que implica diferentes atores políticos e sociais. Partindo do princípio de que os movimentos sociais são importantes mecanismos de fortalecimento e contribuição para a organização popular e tendo presente que os atores organizados são os grandes responsáveis pela possível e desejada transformação social, tratou-se de estudar como ocorre tal organização em um movimento historicamente novo e que discute uma contradição latente na sociedade vigente: precariedade do trabalho X alternativa através da organização do trabalho coletivo.

O problema que se propôs esclarecer refere-se às dinâmicas que caracterizam a formação e consolidação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e se visa, a partir deste sujeito de pesquisa, à percepção de como os atores políticos deste movimento estão configurando a organização popular em prol da transformação social.

As questões de pesquisa que auxiliaram no desenvolvimento do trabalho foram as seguintes: quais são as dinâmicas que caracterizam a formação e consolidação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária como movimento articulado no Brasil? Quem são os atores políticos

que compõem o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, e como ocorre a inter-relação entre eles? Como ocorre o protagonismo popular no movimento da economia solidária no Brasil? Em que está baseada a adesão dos trabalhadores ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária? A dinâmica cotidiana da economia solidária influencia na formação do sujeito coletivo? O movimento contribui para a construção de uma nova cultura do trabalho e, consequentemente, para outro modelo de sociedade?

A motivação principal para a escolha do objeto do referido estudo vem da leitura de que estudos que busquem apreender as relações entre os processos de trabalho e os movimentos sociais são fundamentais. Tal importância é refletida na necessidade de compreender a organização coletiva – expressa no movimento social –, produzida a partir de um processo de trabalho horizontal (diferente do capitalista) capaz de transformar as relações sociais. Esta leitura é respaldada pela elaboração de Leite (1994), quando destaca que a identidade da classe trabalhadora se constrói nos embates contra o capital, a partir de lutas que extrapolam o espaço restrito do trabalho. Assim, entende-se que a formação de sujeitos coletivos capazes de contrapor-se ao capital não advém apenas do contraponto próprio do processo de produção, mas também de um processo de luta mais geral, que vai além da relação de produção.

O estudo dialoga com algumas premissas. Em primeiro lugar, o sujeito coletivo estudado – FBES – reflete experiências de trabalho, diferentes da experiência hegemônica, implicando novas práticas, novos hábitos, novos saberes que pautam uma reelaboração do trabalho, da gestão e das relações sociais – o trabalhador volta a ter uma relação direta com o produto do seu trabalho; a gestão é democrática, coletiva e participativa; e as relações sociais passam de uma condição vertical para horizontal.

Em estudo anterior (Santos, 2007), verificou-se que o “novo” nessas experiências parte de uma combinação entre o tradicional e o diferente no processo de gestão e organização do trabalho. Embora os discursos dos diretamente envolvidos com a economia solidária apontem para uma radical mudança no processo de trabalho, é importante sinalizar que há sim uma mudança nas relações sociais (Santos, 2004; Holzmänn, 2001; IBASE/ANTEAG, 2001), mas o desenvolvimento das forças produtivas continua reproduzindo o capital. No entanto, embora as práticas de economia solidária não causem grande impacto ao sistema capitalista,

constituem processos de mudanças no trabalho, na gestão e nas relações sociais, caracterizando um contraponto significativo ao capital.

Em segundo lugar, o trabalho dialoga com o debate de como os processos de trabalho podem ser decisivos no processo de formação de sujeitos coletivos. Nesse sentido, a influência das novas experiências de trabalho baseadas em princípios diferentes do princípio da economia capitalista e, conseqüentemente, na formação política e ética desses trabalhadores – oriunda da dinâmica participativa e autogestionária da economia solidária – contribui para a constituição de expectativas que vão além dos empreendimentos econômicos solidários (EES) e da organização do trabalho. Estas experiências expressam a necessidade de uma organização coletiva maior e capaz de questionar o modelo de sociedade desigual. Portanto, compreender como a dinâmica cotidiana da economia solidária se converte em movimento com perspectiva de luta é de suma importância.

Deste modo, mais do que proceder a uma análise sobre o significado econômico ou político dos EES, buscou-se captar o modo como seus atores (das diferentes instâncias da economia solidária) vêm configurando o movimento da economia solidária – expressa no FBES, numa condição de luta mais ampla, especialmente no modo como vem ocorrendo o protagonismo dos sujeitos deste movimento.

Para dar conta da proposta, a pesquisa foi configurada não só tendo em vista os critérios formais e objetivos de cientificidade, mas também a adesão a critérios subjetivos de natureza política. Desta forma, em termos metodológicos, tratou-se de uma pesquisa militante que contribui para redefinir concepções sobre o olhar do “pesquisador militante” – “aquele que participa e partilha do projeto social e político de seu campo de estudo – de maneira que o seu envolvimento não seja um fator que comprometa a pesquisa, mas que, ao invés, possa enriquecê-la. Isso não significa deixar de lado a objetividade e a crítica – horizontes obrigatórios para a pesquisa – mas sim explicitar ao máximo trajetórias e pressupostos que contam na percepção e interpretação da realidade observada” (Cunha e Santos, 2011).

O esforço de construção da pesquisa resgata debates recorrentes nas ciências sociais como intelectual engajado ou silencioso (debate brasileiro reunido no seminário organizado por Novaes, 2006), neutralidade do pesquisador (Weber, 1974; Dzimir, 2007), demissão dos sábios e abandono do político (Caillé, 1993), delinquência acadêmica (Tragtenberg, 1982). Questões como essas se colocam permanentemente para a construção do conhecimento científico e se traduzem na busca de uma postura epistemológica simultaneamente equilibrada entre a objetividade e o reconhecimento da subjetividade, entre o rigor teórico e metodológico e a participação social e política.

Diante destas reflexões e no quadro de uma transição paradigmática mais ampla em direção a novas epistemologias, este trabalho é reflexo de um processo que afirma ser possível fazer pesquisa seguindo padrões científicos sobre o mesmo tema com o qual se tem envolvimento e comprometimento. Seguindo esta perspectiva, o processo de pesquisa implicou um levantamento de dados primários e secundários constituídos por diferentes procedimentos metodológicos expressos em dois momentos da pesquisa, que contaram com estratégias próprias de desenvolvimento, configurando abordagem qualitativa e quantitativa.

Num primeiro momento, desenvolveu-se um estudo que envolveu revisão bibliográfica, análise documental e trabalho de campo. A análise exploratória visou contextualizar as experiências em estudo, situando-as no interior de um processo histórico mais abrangente, que as envolve e as influencia em grande medida. Para definir o “recorte” explorado, considerou-se a abrangência do sujeito da pesquisa e facilidades de aproximação de algumas instâncias nacionais e estaduais do FBES. Sendo o FBES um sujeito coletivo formado por uma diversidade de realidades estaduais e regionais, optou-se em compreendê-lo como a totalidade a ser estudada a partir de um *corpus* de pesquisa condensado em três situações capazes de exprimir tal totalidade. Assim, além de acompanhar o espaço deliberativo nacional

² Além da Conferência Nacional de Economia Solidária (onde a participação como pesquisadora foi possível por ela ter sido solicitada para participar da equipe de facilitação dos grupos de trabalhos e da equipe de sistematização das deliberações), pretendia-se acompanhar também a IV Plenária Nacional de Economia Solidária, mas a mesma aconteceu durante o período em que a pesquisadora estava fazendo estágio de doutoramento na Universidade de Coimbra em Portugal e não conseguiu recursos para retornar ao Brasil e acompanhar o evento. Assim, análises que se referem à IV Plenária são oriundas dos documentos preparatórios e deliberativos produzidos para e pela Plenária, bem como a análise de manifestações sobre a Plenária que ocorreram na lista de debate eletrônico “e_solidária”.

do FBES – Conferência Nacional de Economia Solidária² (26 a 29 de junho de 2006), elegeram-se espaços deliberativos de três realidades estaduais de diferentes regiões do País: as plenárias estaduais³ – preparatórias da IV Plenária Nacional de Economia Solidária – do Rio de Janeiro (30 de novembro a 02 de dezembro de 2007), Paraíba (de 13 a 16 de dezembro de 2007) e Rio Grande do Sul (11 a 13 de janeiro de 2008).

Em outro momento, realizou-se uma caracterização geral da situação da economia solidária nos três estados estudados no campo, tendo como fonte o Sistema de Informação de Economia Solidária da Secretaria Nacional de Economia Solidária⁴. O intuito foi reunir um conjunto de informações sobre a realidade da economia solidária nos estados que compõem o *corpus* da pesquisa a fim de contextualizar espaços da economia solidária que desdobram os processos de articulação e mobilização do movimento da economia solidária. Para tanto, manuseou-se a base de dados da SENAES⁵, sistematizando os dados quantitativos por ela produzidos e cruzando alguns dados através do software

aplicativo SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*)⁶.

Os limites estruturais deste trabalho não permitem organizá-lo de forma a trazer o desenvolvimento da pesquisa e as reflexões pontuais dos desdobramentos da mesma que foram amplamente discutidas na tese de doutorado; portanto, aqui foram consideradas as análises amplas e considerações finais da pesquisa⁷.

Breve histórico do Fórum Brasileiro de Economia Solidária

O Fórum Social Mundial (FSM)⁸ foi um dos momentos decisivos na história da economia solidária no Brasil. Desde sua primeira edição, em 2001, teve papel significativo como espaço de articulação entre uma série de entidades que começaram a dar forma a esse movimento. No primeiro FSM, foi legitimado um Grupo de Trabalho de Economia Solidária (GT Nacional)⁹ que, a partir de então, foi o centro de mobilização para uma sequência de iniciativas políticas pensadas para configurar o movimento.

³ As Plenárias Nacionais e estaduais de economia solidária são os principais espaços de diálogo e deliberação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) – principal expressão do movimento de economia solidária no Brasil.

⁴ O Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES) destaca-se como pesquisa de economia solidária tanto por ser pioneiro em consolidar uma base de dados de abrangência nacional, quanto por seu modelo de gestão participativa da pesquisa. Embora a base seja muito nova e só tenha chegado à metade dos municípios brasileiros (e com limites), é preciso reconhecê-la como importante avanço para o dimensionamento da economia solidária em todo o território brasileiro. Nas demais bases nacionais, como as do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), não existem categorias específicas como “trabalhador associado”, “sócio-cooperado”, “empresa autogestionária”, etc.; por isso, é impossível identificar com precisão o que constitui economia solidária em meio aos dados globais. O próprio instrumento de captação de dados do SIES foi reestruturado na nova fase do mapeamento, em 2009, para melhor refletir a diversidade da economia solidária no Brasil, principalmente com a introdução de uma tipologia de Empreendimentos Econômicos Solidários, a fim de captar informações sobre formas específicas – consumo, distribuição, finanças – que se perdem quando o foco recai sobre a produção coletiva de bens ou serviços. Quanto à metodologia participativa, o mapeamento é fruto de uma parceria entre governo e sociedade, que inclui a representação na gestão de todos os processos do SIES e a opção por incluir atores do próprio campo nas equipes executoras. Se esta opção implica problemas em termos de experiência de pesquisa, por outro lado privilegia conhecimentos prévios sobre o universo a ser mapeado, além de ter contribuído para efeitos de mobilização e articulação social. Ver SENAES/MTE (2004) e Bertucci e Cunha (2006).

⁵ A autorização para manusear os micros dados da SENAES foi fornecida pela mesma para os grupos ECOSOL CES e ECOSOL Unisinos, dos quais a presente pesquisadora é integrante.

⁶ A base de dados do mapeamento da economia solidária em plataforma SPSS é utilizada pelo grupo de estudos ECOSOL Unisinos.

⁷ Artigo oriundo da tese de doutorado “O movimento de economia solidária no Brasil e os dilemas da organização popular” defendida na Universidade Estado do Rio de Janeiro em 2010.

⁸ O FSM é um espaço de debate democrático de ideias, aprofundamento da reflexão, formulação de propostas, troca de experiências e articulação de movimentos sociais, redes, ONGs e outras organizações da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo. Após o primeiro encontro mundial, realizado em 2001, se configurou como um processo mundial permanente de busca e construção de alternativas às políticas neoliberais (para mais informações ver www.forumsocialmundial.org.br).

⁹ O GT Nacional surgiu de uma iniciativa do Governo Olívio Dutra, no Estado do Rio Grande do Sul, através do Programa de Economia Popular Solidária, locado na Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais (SEDAI). A participação de algumas organizações nacionais na elaboração, execução e avaliação do seu programa estadual propiciou a oportunidade de, no I Fórum Social Mundial (FSM), serem organizados alguns eventos em articulação com outros atores nacionais e algumas redes internacionais de economia solidária. Isso levou, no ano seguinte, à constituição do GT Nacional.

O GT Nacional foi composto por 12 organizações e redes de apoio à economia solidária¹⁰. Preocupados com o caráter emancipatório do movimento, os representantes deste GT promoveram debates regionais e estaduais pré-fórum, na perspectiva de comprometer todos os envolvidos com o tema, principalmente os trabalhadores da base, na construção de um movimento sólido. Esse processo de debate e mobilização deu origem às Plenárias Nacionais de Economia Solidária (PNES).

A primeira PNES ocorreu em dezembro de 2002 em São Paulo, com 200 participantes; a segunda PNES aconteceu em Porto Alegre, no FSM de 2003, com 800 participantes; a terceira PNES foi em junho de 2003, em Brasília, com 830 participantes, e a quarta PNES ocorreu em abril de 2008 (quase cinco anos após a terceira), com 320 participantes.

Entre tantas questões, as plenárias discutiram encaminhamentos ao governo Lula e a formação do FBES. Eis o princípio do movimento da economia solidária no Brasil. A partir dessas plenárias, formou-se uma comissão responsável em negociar, junto ao Governo Lula, a inserção de políticas públicas para a economia solidária na plataforma de governo. O resultado desse diálogo deu origem à Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) dentro da estrutura do Ministério do Trabalho e Emprego, em junho de 2003. No dia seguinte à posse do economista Paul Singer como Secretário Nacional de Economia Solidária, ocorreu a III Plenária Nacional, onde foi criado o FBES como espaço da sociedade que não se confundisse com o espaço público-estatal, que seria a SENAES.

Após 2003, com uma política nacional começando a ser planejada e executada, Fóruns Estaduais de Economia Solidária foram sendo articulados e foram somando-se às iniciativas já existentes. Em 2005, já se afirmava a existência de Fóruns em todos os Estados do País. Oriundas dessas organizações estaduais, foram criadas também articulações regionais e municipais, motivadas pelos processos operacionais instituídos pela SENAES (e/ou pelo FBES), que implicavam grupos de trabalho e políticos organizados. Em algumas regiões, es-

ses espaços ainda são frágeis, comprometendo o fortalecimento do movimento.

Outro fato importante resultante desse movimento foi o I Encontro de Empreendedores ocorrido em meados de 2004, em Brasília, no qual se visualizou que o FBES é uma organização que conjuga o setor popular com o poder público e entidades da sociedade, consolidando um movimento de diferentes categorias. Nesse evento, presenciou-se o protagonismo dos empreendedores solidários que, segundo Lisboa (2004, p. 2), prezou pelo “fortalecimento da adoção de políticas públicas voltadas para a economia solidária; o aprofundamento da interlocução com os Fóruns Estaduais de Economia Solidária (FEES); identificação da realidade da economia solidária (empreendimentos, entidades de fomento, gestores públicos) existente de modo a potencializar articulações em Estados onde ainda não existem FEES” e, mesmo com limitações, as formas de como eles vão se convertendo em lideranças nacionais, em sujeitos políticos baseados num fórum afirmativo.

Em junho de 2006, aconteceu a primeira Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES), realizada em Brasília, contando com 1.073 delegados de todo o Brasil que, durante uma semana, discutiram e deliberaram sobre as diretrizes para a política de economia solidária. Este evento foi de suma importância para o movimento que constituiu bases para uma política de Estado, e não só de governo, e também porque aproximou o debate entre Estado e sociedade. Tal conferência culminou na criação do Conselho Nacional de Economia Solidária.

Diante desse contexto, as lideranças do FBES começam a repensar a estreita relação do movimento com o Estado e propuseram um novo debate para sua reestruturação. Com esse intuito, em 2008, foi realizada a IV Plenária de Economia Solidária, que foi precedida de uma série de plenárias preparatórias em todos os Estados. As plenárias discutiram não só o papel do FBES, mas as bandeiras do movimento e sua operacionalidade. Essa Plenária representa um significativo avanço do movimento, que implicou deliberações pautadas por inúmeras divergências dentro de seu es-

¹⁰ Composto pelas seguintes entidades: Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES); Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE); Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão (ANTEAG); Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas (IBASE); Cáritas Brasileira; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/CONCRAB); Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCs); Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT); Unitrabalho; Associação Brasileira de Instituições de Microcrédito (ABICRED); e alguns gestores públicos que futuramente constituíram a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária.

paço. A diversidade de atores, as mudanças de representações e consolidação de ideias configuraram o perfil do movimento da economia solidária no Brasil.

Por conseguinte, percebe-se que as elaborações a respeito da economia solidária transcendem um processo socioeconômico do cotidiano dos empreendimentos, mas são uma construção vinculada a um plano maior que procura legitimar um espaço político na sociedade vigente que caracteriza a luta dos trabalhadores. Sendo assim, a construção do FBES como um novo sujeito político engendra novidades que assinalam uma abordagem inédita para um problema antigo, sendo esse movimento um fato novo que possibilita reflexões inovadoras tanto no campo teórico como no empírico.

Outro ponto relevante é a discussão sobre a denominação adequada que se deveria dar ao movimento e às tais práticas. A discussão do campo político era também preocupação do campo teórico. Atualmente, esta não é mais uma questão prioritária na agenda do movimento. A partir de 2003, com a criação da

SENAES e do FBES, o termo “economia solidária” se efetivou diante dos termos de referência elaborados pela SENAES¹¹.

A definição conceitual da economia solidária dinamizou uma discussão metodológica para execução do seu mapeamento, considerado uma das primeiras políticas da SENAES. Idealizado desde 2004 pela SENAES, em parceria com o FBES, o primeiro mapeamento nacional da economia solidária é significativo no sentido de que possibilita uma maior visibilidade e reconhecimento de uma forma alternativa de produção pela sociedade brasileira. Este mapeamento é um instrumento para conhecer a diversidade da economia solidária pelos próprios trabalhadores nela envolvidos, para sua organização e ação comum, assim como é um meio importante para o planejamento de políticas públicas, enfim, uma importante ferramenta política e acadêmica.

A Figura 1 representa o campo da economia solidária apontado pelo mapeamento. Além dos trabalhadores organizados nos mais diferentes segmentos da economia solidária,



Figura 1. O campo da Economia Solidária no Brasil.

Figure 1. The field of Solidarity Economy in Brazil.

Fonte: SENAES/MTE (2005).

¹¹ Os termos de referência constam na base de dados da Secretaria Nacional de Economia Solidária (2004, 2006).

fazem parte deste campo os agentes externos¹² constituídos pelo poder público, nas mais diferentes esferas, por entidades de apoio e fomento (vinculadas a universidades e movimentos) e as instituições representativas das associações de empreendimentos.

Alguns pontos da análise da pesquisa: avanços e dilemas do protagonismo popular

Com a compreensão de que o movimento da economia solidária se caracteriza por uma diversidade de atores de natureza variada que dialogam e problematizam questões de interesse comum, fez-se um exercício de análise de entender as dinâmicas de relacionamento entre os atores no movimento de economia solidária e assim pontuar algumas considerações sobre a organização popular no referido movimento.

Embora história recente, o FBES vem passando por inúmeras e constantes mudanças. Como já sinalizado, na origem do FBES está o GT Nacional, ou seja, um espaço político, representativo constituído apenas por um estrito grupo de agentes externos da economia solidária. Os EES não tiveram envolvimento direto com a gênese do movimento de economia solidária no Brasil. No entanto, houve a preocupação que os espaços deliberativos do FBES fossem ocupados em maior parte pelos EES. Com o passar do tempo e o realizar das Plenárias Nacionais e demais espaços deliberativos (encontro de empreendedores, CONAES), os trabalhadores dos EES foram ocupando os respectivos espaços e reivindicando crescimento no movimento. Assim, o FBES passou da sua pré-história para sua história. Mesmo assim, é importante ressaltar que a dinâmica interativa do movimento da economia solidária não condiz a uma dinâmica de movimento organizada “de baixo para cima” e nem “de cima para baixo”, uma vez que as entidades de apoio e o poder público também fazem parte do movimento da economia solidária, o que pode confundir a arena política configurando possível limitante para o protagonismo dos EES.

Os agentes externos tiveram um papel muito importante na constituição da econo-

mia solidária no Brasil, uma vez que estiveram efetivamente presentes no fomento e formação das iniciativas de economia solidária. Os dados do SIES demonstram que 72,7% dos empreendimentos receberam apoio ou assessoria externa, sendo que 40,6% de órgãos governamentais, 22,9% de ONGs, Igrejas ou associações, 20,4% do “sistema S”, etc. Segundo Gaiger (2009, p. 576), os “[...] EES beneficiados com algum apoio apresentam um grau de desempenho global mais positivo do que os demais, exceto no caso de EES apoiados unicamente por órgãos governamentais”. Não há dúvidas que o envolvimento dos agentes externos qualifique o processo, a questão é sobre o espaço de decisão que estes agentes adquirem frente aos EES em seu cotidiano e – em um plano maior – no FBES.

As deliberações da III PNES manifestam o reconhecimento dos diferentes atores, sobretudo EES, de que o movimento da economia solidária no Brasil é plural. Reconhecem que o processo de consolidação do FBES é oriundo da união de forças dos três segmentos que configuram os atores da economia solidária: empreendimentos, entidades de apoio e gestores públicos. Assim, a III PNES integra a diversidade e entende a importância de todos aqueles que participaram do processo ter espaço de interlocução e decisão no movimento da economia solidária. Não foi nenhuma imposição por parte dos agentes externos, não foi resultado de grandes disputas. O que ocorreu é que há uma elaboração diferente daquelas de vanguarda – de que o movimento se faz apenas por trabalhadores que configuram a base do processo, o sujeito privilegiado: proletariado – e sim, uma elaboração de um movimento que coloca em diálogo todas as frentes que fazem com que outra economia aconteça.

Respeitando o protagonismo dos EES em detrimento dos outros dois segmentos, a organização popular do movimento da economia solidária é retratada por uma dinâmica em que o “popular” é pensado em torno da contradição “forças populares *versus* poder dominante”, uma vez que não há um sujeito único, determinado para caracterizar “povo”, mas sim a confluência de sujeitos que acreditam na economia solidária como ativação econômica dos

¹² Estudos empíricos mostram que, historicamente, movimentos sociais e associações de base têm recebido apoio, financiamento e assessoria por parte de grupos religiosos, intelectuais, estudantes, sindicatos, militantes de esquerda e organizações não governamentais, o que também se verifica no caso da economia solidária no Brasil, sobretudo entre os grupos sem experiência anterior de organização e que adotam o cooperativismo por necessidade imediata de sobrevivência (Gaiger, 2005).

pobres, como instrumento capaz de superar as privações de capacidades e desafiar as normas e valores estabelecidos pelo sistema em prol de uma sociedade melhor.

O protagonismo dos EES é um entendimento comum no movimento da economia solidária. O EES é considerado ator central no conjunto das relações. Os EES possuem grande respeito dos demais atores e exercem influência sobre eles, possuindo a capacidade de não só fazer escolhas, mas garantir a efetividade das mesmas dentro de seu universo de relações. Quando o trabalhador do EES diz “Eu não tenho medo, enquanto empreendedor, de estar discutindo com o governo a sua participação num processo de construção coletiva. Porque muitas vezes o medo advém da ignorância daquele segmento” (fala de trabalhador associado durante III Plenária Nacional de Economia Solidária), está assegurando sua capacidade de se posicionar diante de relações estabelecidas entre os diferentes atores e garantir suas condições de poder no interior do movimento.

Os agentes externos – principalmente as entidades de apoio nacionais – possuem uma posição de destaque no movimento e, muitas vezes, compartilham centralidade com os EES. A posição de destaque destes agentes externos ocorre, fundamentalmente, por possuírem prestígio dentro o conjunto de atores. No caso da Rede de Gestores e das entidades nacionais, o prestígio está na capacidade de alinhar relações e intermediar poder; no entanto, tal situação não tem ocultado sobremaneira o protagonismo dos EES, principalmente porque a relação dos atores e destes com o Estado também passou a ser uma preocupação do conjunto do movimento, pois ao discutir (na IV PNES) sobre a natureza, estrutura e funcionamento do FBES foi definido que “entidades e redes nacionais são aquelas que têm ação territorial, com presença nos estados, regiões e municípios, com capilaridade nos territórios”; definiu-se também que as entidades nacionais precisam ter ação efetiva em pelo menos sete fóruns estaduais e se reafirmou que a participação dos gestores públicos no FBES tem de ser em rede, de forma que os representantes dos gestores devem traduzir um amplo debate das políticas públicas para a economia solidária.

É importante ressaltar que, com esta deliberação sobre entidade nacional, boa parte das entidades de apoio que faziam parte do GT Nacional e da Coordenação Nacional do FBES não podem mais participar diretamente

do processo. Como já dito, estas entidades tiveram um papel importante no início do FBES e tiveram um cuidado de não monopolizar sua direção, promovendo um processo democrático e deixando os EES com espaço amplamente representativo.

Preservando as particularidades de cada contexto, a observação de campo nos três estados permite compreender a relação entre os diferentes atores em um espaço deliberativo e verificar como, de fato, ocorre o protagonismo dos EES frente aos agentes externos. Embora as plenárias estaduais acompanhadas na pesquisa tivessem o mesmo objetivo e exatamente a mesma orientação metodológica, procederam de formas totalmente diferentes, com perfis diferentes, encaminhamentos diferentes oriundos de processos históricos diferentes.

Das três plenárias acompanhadas, a que mais causou preocupação pela total falta de propriedade e ausência de pertencimento (condição necessária para motivar debate e disputas) por parte dos envolvidos foi a plenária da Paraíba. O perfil dos participantes da plenária não corresponde ao perfil dos empreendimentos mapeados pelo SIES, não houve debate prévio por parte dos fóruns microrregionais, os encaminhamentos deliberados na Plenária não eram claros para a maioria dos participantes e a capacidade de questionamento sobre os rumos da atividade foram bastante limitados. Além destes elementos, há o fato do relatório da Plenária da Paraíba indicar uma situação de dependência dos EES em relação aos agentes externos, pois o relatório alega que os delegados de duas regiões (Cariri e Sertão) não realizaram a reunião com fórum regional pós-Plenária Estadual e pré-Plenária Nacional – encaminhamento da Plenária Estadual – porque os agentes externos que atuam nas regiões não estavam para articular as atividades.

A Plenária do Rio de Janeiro promoveu um amplo debate nos espaços microrregionais, mas não conseguiram ter a mesma produção na atividade estadual. Dentre os agravantes que dificultaram a Plenária do Rio de Janeiro, destaca-se a falta de tempo ou a falta de organização do tempo; dificuldade de conciliação das atividades da feira com a Plenária; e divergências quanto à condução da Plenária. A Plenária do Rio Grande do Sul também teve debates prévios e seus delegados chegaram à atividade estadual bastante articulados em relação às suas reivindicações. Tal preparo fez com que as questões da Plenária fossem exaustivamente discutidas e muitos destas questões

não foram vencidas, não só no que diz respeito ao consenso, mas também porque não tiveram condições para que as questões fossem votadas em plenária.

Fora a situação da Paraíba, as plenárias do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul tiveram uma participação significativa de todos os atores – considerando suas proporcionalidades. No caso do Rio de Janeiro, os EES tiveram uma participação de destaque, pois foram os grandes contestadores dos encaminhamentos e da condução dos trabalhos dirigida pela “pessoa ponte”¹³. No Rio Grande do Sul, a participação dos representantes de EES também ficou evidenciada à medida que se manifestavam com propriedade de conteúdo – orientando os rumos das decisões – e quando apresentavam posicionamentos claros e articulados em relação aos momentos de disputa do Fórum Gaúcho.

Todas as três plenárias foram “coordenadas” pela “pessoa ponte” dos respectivos fóruns estaduais. O fato da pessoa ponte dos três estados ser agente externo reflete o fato de o trabalho exigir dedicação de tempo – que a maioria dos EES não possui, pois não podem deixar suas atividades econômicas. Já os agentes externos podem ser liberados por suas respectivas instituições para atender as demandas da Plenária. Embora as pessoas ponte fossem agentes externos, possuíam perfis distintos. O Rio de Janeiro e a Paraíba foram os Fóruns que mais sentiram incômodo com a condução das plenárias. No caso do Rio de Janeiro, a pessoa ponte transcendeu a condição de mediador e usou espaço da coordenação para posicionar-se pessoalmente, mas a plenária interferiu na dinâmica da coordenação e contribuiu para outra orientação na condução dos trabalhos. No caso da Paraíba, a interferência se deu por parte do representante da Coordenação Nacional do FBES que cuidou para que a atividade da Paraíba assumisse caráter de plenária e orientou o processo conforme metodologia indicada pelo FBES. No Rio Grande do Sul, embora toda a dinâmica formal e as costuras políticas feitas nas entrelinhas, não houve maiores problemas e a pessoa ponte cumpriu papel de mediação na Plenária.

Outra deliberação importante da IV PNES foi a definição de duas finalidades principais para o FBES: (i) representação, articulação e incidência na elaboração e acompanhamento

de políticas públicas de Economia Solidária e no diálogo com diversos atores e outros movimentos sociais ampliando o diálogo e se inserindo nas lutas e reivindicações sociais; (ii) apoio ao fortalecimento do movimento de Economia Solidária, a partir das bases.

Ao decretar como finalidade “apoio ao fortalecimento do movimento de Economia Solidária, a partir das bases”, o movimento está grifando a importância dos trabalhadores no movimento, considerando a centralidade dos EES na constituição do sujeito coletivo. No que diz respeito à primeira finalidade, destaca-se a importância do movimento ampliar o diálogo se inserindo em lutas e reivindicações sociais de outros movimentos. Essa finalidade atende ao que Santos (2006) chama de trabalho de tradução que permite criar a inteligibilidade recíproca entre experiências do mundo, entre diferentes saberes, reconhecendo que existem muitos conhecimentos possíveis que precisam dialogar. Desta forma, as lutas particulares (como da economia solidária) podem ser incorporadas às lutas mais gerais e históricas, sendo contraponto significativo da questão social.

Por fim, algumas deliberações da I CONAES reafirmam o movimento da economia solidária como um sujeito articulado que conhece sua condição estrutural e experimenta, através de seus instrumentos – principalmente o FBES, um processo político coletivo que questiona a lógica dominante. Ao discutir a perspectiva de desenvolvimento, os atores do movimento compreendem a necessidade de um desenvolvimento que contraponha a lógica que subordina os investimentos produtivos, concentra capital, gera desigualdades sociais e territoriais e degrada o meio ambiente. Embora a economia solidária tenha uma história ligada à superação da pobreza, ela não pode ser entendida como residual, subordinada ou compensatória aos impactos das crises do capitalismo, pois os elementos políticos da práxis da economia solidária garantem outra lógica de trabalho capaz de lutar por recursos que garantam sua efetividade econômica para além de uma condição de subordinação. Com esta leitura é que devem ser elaboradas políticas de apoio à economia solidária, caso contrário as políticas vão reproduzir a lógica de subordinação e dependência que marcam as relações sociais no capitalismo.

¹³ A pessoa ponte foi o nome utilizado pelo FBES para referir a pessoa responsável pela interlocução de comunicação entre os níveis estaduais e nacional com relação à organização do processo rumo à IV Plenária Nacional de Economia Solidária.

O movimento da economia solidária no Brasil: a possibilidade da unidade através da diversidade

O movimento da economia solidária no Brasil pode ser relacionado a duas perspectivas de ação: autonomia-institucionalização e inter-reconhecimento do sujeito coletivo¹⁴.

No que diz respeito à perspectiva de autonomia-institucionalização, é possível dizer que o movimento da economia solidária tem se mostrado um campo de análise bastante significativo, uma vez que, desde a formação do GT Nacional de economia solidária no FSM, esta perspectiva esteve presente. Desta forma, mesmo depois de instituída a SENAES, a organização do movimento – distribuída em fóruns estaduais e microrregionais – permite dizer que o movimento da economia solidária não se limitou a participar com o governo na elaboração e execução das políticas. Também foi sua preocupação fortalecer um campo próprio de atuação na sociedade, envolvendo, cada vez mais, trabalhadores da base em articulação com entidades da sociedade civil e poder público. Isto pode ser visto, por exemplo, nas Plenárias Nacionais e no Encontro dos Empreendedores. O fortalecimento destes espaços de discussão foi primordial para o crescimento do movimento e essencial para as discussões da I Conferência Nacional de Economia Solidária. Nesta, além de terem sido discutidas diretrizes para a política nacional – por si só um momento ampliado de discussão da prática da economia solidária no Brasil –, foi possibilitada uma ação política de criação de um Conselho Nacional de Economia Solidária, que constitui uma base para uma política de Estado e não somente de governo.

A formação deste campo de atuação e discussão conduz à relação do movimento com o Estado, evidenciando assim sua perspectiva de ação baseada na autonomia-institucionalização, uma vez que, por um lado, procura-se manter um campo próprio de discussão e, por outro, mantém o foco de atuação junto ao Es-

tado, promovendo e incentivando a criação de políticas, participando inclusive na implementação e execução dessas.

Porém, várias questões ficam em aberto nesta relação do movimento com o Estado, que oscila tanto no nível da dependência do movimento em relação às políticas estatais, quanto da própria representatividade do FBES como interlocutor do movimento de economia solidária. Pode-se notar que esta discussão sobre a autonomia-institucionalização é atualmente um ponto forte de discussão dentro do movimento, pois, nas discussões realizadas na IV Plenária, ocorrida em março de 2008, foi pauta, entre tantas outras discussões, a relação do FBES com o Estado. O intenso debate proferido nesta IV Plenária sugere um desequilíbrio no movimento – próprio da democracia – que configura diferentes perspectivas sobre a relação entre o movimento e o Estado.

Esta divergência, por sua vez, relaciona-se com outros desafios que enfrenta o movimento da economia solidária, baseado na outra perspectiva de ação referida acima. A diversidade de atores que formam o movimento da economia solidária, como ilustrado na figura, aliada a esta forma de atuação em redes, coloca para este movimento o desafio de construir um inter-reconhecimento da subjetividade coletiva, ou, nas palavras do próprio movimento, a construção da unidade através da diversidade.

O movimento da economia solidária no Brasil pode ser compreendido por um associativismo que visa a objetivos comuns, mas expressa diferentes atores coletivos. Assim, tal movimento pode ser identificado como “rede de movimento social”, segundo elaboração de Scherer-Warren (2006, 2007). O Fórum Brasileiro de Economia Solidária representa um instrumento vigoroso para fortalecer a sociedade civil e reivindicar as demandas, na medida em que articula identidades plurais – com a aproximação de atores diversificados –, configurando um sujeito coletivo plural. Esta consideração se deve ao fato de que o movimento da economia solidária não só agrega atores externos, além do EES, mas também envolve

¹⁴ Diante do contexto, a ação dos movimentos sociais, bem como das organizações e comunidades presentes na esfera pública, passa a elaborações mais complexas. No debate atual, duas vertentes para a ação caracterizam tal complexidade: a primeira é que os movimentos sociais mantêm, em certa medida, a desconfiança de ação conjunta com o Estado, constituindo o binário *autonomia-institucionalização*, e, ao mesmo tempo, veem a necessidade de manter uma autonomia frente ao mercado, evitando assim sua fusão e a identificação de suas ações como complementares a este (Doimo, 1995); a segunda vertente é uma pluralização da organização societária; marcada tanto pelo aumento dos movimentos e das organizações quanto pelas múltiplas identidades, transversalidade dos direitos e pela transnacionalidade de suas atuações, ela coloca estes movimentos diante de novas formas de ação e de mobilização que possam incidir sobre uma nova forma de *inter-reconhecimento* da subjetividade coletiva.

diferentes bandeiras. Há empreendimentos oriundos dos mais diferentes espaços sociais e políticos que carregam suas particularidades. Mesmo que a formação das redes e fóruns possibilite a migração para um campo comum de ação, contribuindo assim também para sua diferenciação de outras organizações, a própria diversidade e especificidades sócio-político-culturais dos atores configuram desafios para o inter-reconhecimento deste movimento.

Um desses desafios diz respeito ao isolamento de diversos atores e, em contrapartida, à sua possibilidade de estar em rede. No caso do EES, por exemplo, apesar do SIES indicar que, em muitos casos, há uma articulação desses com movimentos sociais e redes, esta atuação é vista com grande dificuldade por parte dos trabalhadores, ora por não terem formação para atuação em rede, ora pelas dificuldades técnicas e financeiras que prejudicam o envolvimento nas ações e discussões. Outro desafio, e não somente para os EES, mas também para os demais atores envolvidos com a economia solidária, são as diferentes demandas que se apresentam no interior do movimento, que às vezes são vistas como lutas de outros movimentos e, por isso, descartadas como lutas da economia solidária.

Algumas análises de pesquisa (Santos, 2004; Carneiro, 2006) promoveram condição de entender que as experiências de economia solidária não têm condições de ser legitimadas se não unirem forças com os diversos atores sociais – afirmando o trabalho de tradução de Santos (2006).

É certo que existe uma debilidade nos EES no que diz respeito ao capital financeiro e condições técnicas. Mesmo com essa dificuldade, os EES se sustentam, pois as fragilidades técnicas e financeiras não obscurecem o elemento político e solidário dos mesmos. O elemento político e a constituição de um ambiente participativo e democrático são fatores decisivos para que a economia solidária seja sustentada e configurada como alternativa de geração de trabalho e renda e alternativa para o trabalhador viver outra relação de trabalho que promove outras representações sociais, formando o sujeito coletivo.

A participação, responsável pelo envolvimento do trabalhador com esse processo, tem também responsabilidade num desenvolvimento pessoal dos trabalhadores, que se permitem conceber em novas representações. Por isso, é possível dizer que os benefícios oriundos do trabalho coletivo e autogestio-

nário extrapolam o material e o econômico. É esta mesma categoria, a participação, que provoca os trabalhadores a buscarem um envolvimento com uma dinâmica maior que resulta num movimento unificado e numa rede de solidariedade.

O FBES parece evidenciar o espaço coletivo implicado numa rede de participação e solidariedade. Além disso, a economia solidária não pode ser comprimida num espaço de luta individual; é preciso permitir o diálogo e interlocução entre a economia solidária e diversos outros movimentos sociais (ambiental, negro, indígena, de mulheres e trabalhadores desempregados, etc.).

Embora sofram alterações, os movimentos sociais persistem na sociedade, principalmente porque eles se constituem em organizações que expressam resistência ao que os oprime e são forças revitalizadoras para a construção do novo. Ainda assim, parece que se trata de novas respostas para velhos problemas. Os movimentos sociais são importantes, e as realizações de suas bandeiras de luta são fundamentais para o avanço das conquistas para o conjunto da sociedade, ainda que no capitalismo. No entanto, essas lutas particulares precisam ser incorporadas às lutas mais gerais em prol da superação desta forma social, sob pena de, ao invés de fortalecer a luta comum pela superação da ordem do capital, estar fortalecendo o capital e, com ele, as desigualdades sociais que são próprias de seu desenvolvimento contraditório. É preciso afirmar que as lutas particulares e imediatas dos vários setores são lutas de todos.

Apesar das inúmeras questões a respeito do movimento da economia solidária pautadas até aqui, é possível dizer que houve um significativo avanço do movimento da economia solidária na última década. Um exemplo capaz de demonstrar esta transição diz respeito ao grito de luta do movimento, que muda no decorrer deste período e, ao mudar, dá um salto qualitativo na dinâmica do movimento. O primeiro lema, inspirado no Fórum Social Mundial, afirmava que “uma outra economia é possível!”; poucos anos depois, já no encontro dos empreendedores em Brasília, o lema do movimento passou a ser “uma outra economia acontece!”. Em termos mais gerais, essa mudança simbólica demonstra um amadurecimento do movimento, no sentido de legitimar suas próprias bandeiras, dando ênfase às conquistas e motivando a confiança dos diferentes atores envolvidos no movimento.

Conclusão

Considerando que, ao expressar um movimento articulado, a práxis dos empreendimentos da economia solidária motiva processos de participação política que vão além do cotidiano do EES, pode-se dizer que há uma ampliação do processo de democratização da base para outras esferas da vida social que dão fôlego para a construção de outro espaço social que questiona a lógica dominante. A adesão dos trabalhadores aos EES consiste na luta destes – sobretudo os trabalhadores pobres – para a subsistência econômica de suas famílias, mas a adesão destes trabalhadores ao movimento ocorre por consciência de causa, consciência política adquirida – principalmente – no cotidiano da atividade autogestionária. Os dados do SIES e as prioridades expressas nas bandeiras de luta do movimento refletem as muitas dificuldades que os empreendimentos da economia solidária encontram ao longo de suas histórias, mas estas não obscurecem o elemento político que motiva os trabalhadores a aderirem a um compromisso mais amplo e, neste caso, as dificuldades dos EES se convertem nas principais demandas do movimento.

Desta forma, os EES não podem ser considerados como simples paliativo ao desemprego e à precarização. Consequentemente, a economia solidária não pode ser apreendida somente do ponto de vista de sua fragilidade econômica e apenas apontada como residual e subordinada; isso significa ignorar o processo histórico e subestimar a capacidade crítica dos atores – principalmente os trabalhadores dos EES – que são sujeitos desta história e criam as condições de tensionamento da questão social com o fim de consolidar outra economia.

No contexto onde a questão social e os movimentos sociais se renovam, o protagonismo popular não deve ser elaborado apenas a partir de um sujeito histórico privilegiado. O popular não representa mais um sujeito específico, mas sim expressa a disputa entre projetos. Sader (1995, p. 55) reflete sobre as mudanças no contexto das lutas sociais e afirma existir uma “pluralidade de sujeitos, cujas identidades são resultados de suas interações em processos de reconhecimentos recíprocos e cujas composições são mutáveis e intercambiáveis”; portanto, a racionalidade da situação não se encontra na consciência de um sujeito específico que está no centro dos acontecimentos, mas sim do resultado do encontro de várias estratégias.

Há uma mudança na perspectiva da democracia e de transformação social. Existe uma crítica à ordem vigente, mas esta não é suficiente para uma ruptura com o sistema político. O sujeito político resultado do encontro de várias estratégias estranha e desafia o *status quo* em vista de uma sociedade melhor, mas não é um sujeito revolucionário que rompe imediatamente com a lógica dominante. Há uma costura por dentro, uma mobilização que reivindica a reconstrução do popular em prol da transformação social, mas o fato de não ser sujeito revolucionário não é motivo para desqualificar o movimento e sua condição de sujeito político.

A emancipação dos atores da economia solidária é possível à medida que, ao unirem forças na formação de um sujeito político, criam condições de articular os interesses de mudança de forma que ela seja capaz de desvelar as relações sociais aí presentes e, assim, contribuir para a constituição de outra cultura do trabalho e, consequentemente, uma democracia sem fim.

Fortalecendo as capacidades de ação dos empobrecidos, a dinâmica da economia solidária institui base para a reconstrução da classe popular. Embora a diversidade de atores e estratégias, a força e a capacidade de sociabilidade em torno da causa estão na base que garante espaços de comunicabilidade e mobilidade que superam a individualidade a favor da solidariedade.

O movimento da economia solidária compreende um espaço político onde convivem atores com as mais diferentes concepções e estratégias. Isso é resultado do fato de que boa parte dos EES possui suas demandas atendidas pelo poder público e mediadas pelas entidades de apoio e, assim, o movimento reproduz tal realidade, fazendo com que o FBES seja caracterizado como espaço de articulação heterogêneo. São muitas as limitações contidas nesta arena política; no entanto, parece que os sujeitos têm estabelecido uma dinâmica de relações sociais capazes de potencializar um processo de resistência ao *status quo*. De toda forma, é preciso repensar o papel dos diferentes atores no processo de organização popular do movimento.

É visível a importância dos agentes externos no movimento da economia solidária; não há dúvidas de que são reconhecidos como atores políticos e, assim, possuem espaço de voz e vez, mas esta representação, mesmo com a evidente centralidade dos EES, precisa ser mais discreta e

menos protagonista para que o movimento possa ser fortalecido cada vez mais e os trabalhadores – que vivem cotidianamente a experiência da economia solidária – possam criar as capacidades necessárias de questionamento da sociedade vigente, de questionamento do espaço em que estão inseridos e, por fim, de transformação da realidade histórica. Não adianta apenas os agentes externos falarem sobre qual a situação a ser revertida; é preciso que os trabalhadores da base – os mais atingidos pelas mazelas da sociedade desigual – se apercebam da situação a ser revertida e lutem por sua reversão. Como foi possível perceber nos resultados da pesquisa, a condição de “destaque” dos agentes externos em detrimento dos EES não é uma constante; ao contrário, o protagonismo do movimento reflete as proporções indicadas aos diferentes atores, mas o fato da Paraíba apresentar uma situação adversa causa a preocupação exposta aqui – sobretudo que este Estado está localizado na região do País que mais concentra empreendimentos de economia solidária.

O conjunto dos atores da economia solidária entende a importância da base no processo de organização popular do movimento e guarda a centralidade dos trabalhadores dos EES no protagonismo do movimento. Isso não significa dizer que o protagonismo popular do movimento da economia solidária no Brasil é apenas dos EES e que não há disputa política, pois o protagonismo reflete uma conjunção de forças dos diferentes atores que conservam a importância política daqueles que vivem a experiência da economia solidária. Mas, ainda assim, há limitantes.

Mesmo com as dificuldades em consolidar um protagonismo popular mais equilibrado entre os diferentes atores, percebe-se um envolvimento maior dos empreendedores solidários que, mesmo com limitações, se convertem em atores políticos que buscam outra relação com a economia e com a sociedade. De certa forma, ao vivenciarem a práxis da economia solidária – seja na instância do EES, seja na instância do movimento –, os trabalhadores têm transcendido os limites de produção econômica e subsistência humana para intervir em outras instâncias das relações sociais. Neste processo, os trabalhadores adquirem as capacidades para questionar as contradições da sociedade capitalista e, assim, retomam uma articulação de saberes e possibilidades que tal contradição fragmentou.

Os valores da economia solidária revigoraram uma força instituinte a favor da organi-

zação popular que alimenta as possibilidades de emancipação a partir de um projeto de desenvolvimento que, por ora, ainda precisa manter seus vínculos com a economia capitalista. Talvez tal condição provoque uma crise de expectativas, mas a emergência de formas organizativas coletivas, solidárias e populares que solicitam outra economia e centralidade política define a tônica do campo da economia solidária cuja compreensão é possível a partir do dinamismo que orienta o cotidiano do movimento; caso contrário, os “holofotes” analíticos passarão a iluminar apenas as condições objetivas que os envolvem, perdendo aquilo que é singular aos movimentos sociais: o ponto de vista e as expectativas dos diretamente envolvidos, fazendo com que a economia solidária e sua organização popular passe despercebida a despeito de ser uma interessante proposta de contraponto na questão social.

Referências

- BERTUCCI, J.; CUNHA, G. 2006. *Relatório Nacional de Sistematização e Avaliação dos Processos do Primeiro Mapeamento da Economia Solidária no Brasil*. Brasília, MTE/SENAES, 57 p.
- CAILLÉ, A. 1993. *La démission des clercs: la crise des sciences sociales et l'oubli du politique*. Paris, La Découverte, 296 p.
- CARNEIRO, V.G. 2006. *Da dimensão econômica à dimensão política: a economia solidária sob a perspectiva do conflito social*. Belo Horizonte, MG. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, 150 p.
- CUNHA, G.; SANTOS, A.M. 2011. Economia solidária e pesquisa em ciências sociais: Desafios epistemológicos e metodológicos. In: P. HESPANHA; A.M. SANTOS (orgs.), *Economia solidária: questões teóricas e epistemológicas*. Coimbra, Almedina, p. 11-52.
- DOIMO, A.M. 1995. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, ANPOCS, 352 p.
- DZIMIRA, S. 2007. *Marcel Mauss, savant et politique*. Paris, La Découverte, 240 p.
- GAIGER, L. 2009. *A ativação econômica dos pobres como via de combate às desigualdades*. Cadernos CRH. Salvador, UFBA, p. 563-580.
- GAIGER, L. 2005. Économie solidaire et espace public: quelques remarques à propos du rôle des agents médiateurs. In: J.-L. LAVILLE; G. FRANÇA; J.-P. MAGNEN; A. MEDEIROS (orgs.), *Action publique et économie solidaire*. Toulouse, Érès, p. 135-144.
- HOLZMANN, L. 2001. *Operário sem patrão: gestão cooperativista e dilemas da democracia*. São Carlos, EDUFSCAR, 171 p.
- IBASE/ANTEAG. 2001. *Iniciativas autogestionárias no Rio Grande do Sul*. Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro, IBASE, 250 p.

- LEITE, M.P. 1994. *O futuro do trabalho: novas tecnologias e subjetividade operária*. São Paulo, Scrita, 331 p.
- LISBOA, A.M. 2004. Encontro Nacional dos Empreendimentos de Economia Solidária – ENEES: balanço preliminar e pistas para futuros encaminhamentos. Disponível em: http://www.fbes.org.br/biblioteca22/I_ENEES_balanco%28Armando_Lisboa%29.pdf. Acesso em: 10/01/2009.
- NOVAES, A. (org.). 2006. *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo, Companhia das Letras, 318 p.
- SADER, E. 1995. *Quando novos personagens entram em cena*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 315 p.
- SANTOS, A.M. 2007. O processo de trabalho capitalista e a dinâmica das fábricas recuperadas. *Revista ESAC – Economia Solidária e Ação Cooperativa*, 2(2):77-89.
- SANTOS, A.M. 2004. *Vivendo e pensando o diferente: representações sociais dos trabalhadores nos empreendimentos de economia solidária*. São Leopoldo, RS. Dissertação de mestrado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 194 p.
- SANTOS, B.S. 2006. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: B.S. SANTOS (org.), *Conhecimento prudente para uma vida decente*. São Paulo, Cortez, p. 777-821.
- SCHERER-WARREN, I. 2006. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Revista Sociedade e Estado*, 1:109-130.
- SCHERER-WARREN, I. 2007. Fóruns e redes da sociedade civil: percepções sobre exclusão social e cidadania. *Política e Sociedade*, 11:20-40.
- SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA; MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (SENAES/MTE). 2006. *Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005*. Brasília, MTE, SENAES, 60 p.
- SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA; MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (SENAES/MTE). 2004. *Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária*. Brasília, MTE, SENAES. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/sistema-nacional-de-informacoes-em-economia-solidaria/>
- TRAGTENBERG, M. 1982. *Sobre educação, política e sindicalismo*. São Paulo, Cortez, 163 p.
- WEBER, M. 1974. O sentido da “neutralidade axiológica” nas ciências sociológicas e econômicas. In: M. WEBER, *Sobre a teoria das ciências sociais*, Lisboa, Presença, p. 113-192.

Submetido: 15/01/2014

Aceito: 26/08/2014